



ARTIGO
ARTICLE

Um modelo de história marginal? Um estudo sobre as prescrições historiográficas de José Oiticica (1910)

A marginal history model? A study on the historiographical prescriptions of José Oiticica (1910)

Piero Detoni 

Doutor em História, Universidade de São Paulo

pierodetoni@gmail.com

DETONI, Piero. Um modelo de história marginal? Um estudo sobre as prescrições historiográficas de José Oiticica (1910). *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i17.34901>

Resumo: A proposta deste artigo é apresentar o texto *Como se deve escrever a história do Brasil (1910)*, de autoria de José Oiticica. Produzido mais de 60 anos após a Dissertação de Karl von Martius ser premiada pelo IHGB, esse homônimo plano de escrita da história do Brasil emerge em meio ao debate sobre a constituição da história enquanto um saber moderno e científico. Assim, o texto aborda a sua concepção de ciência da história e de método por meio de uma teoria do conhecimento bastante singular. Destacamos, ainda, a interpretação do Brasil impressa nesta normatização.

Palavras-chave: José Oiticica; Ciência da história; Interpretação do Brasil.

Abstract: The proposal of this article is to present the text *Como se deve escrever a história do Brasil (1910)*, written by José Oiticica. Produced more than 60 years after the well-known Dissertação of Karl von Martius to be awarded by the IHGB, this homonymous writing plan of the history of Brazil emerges into the debate on the constitution of history as a modern and scientific knowledge. Therefore, the text addresses its conception of the science of history and method through a rather singular theory of knowledge. We also highlight the interpretation of Brazil printed in this normatization.

Keywords: José Oiticica; Science of history; Brazil's interpretation.

Como se deve escrever a história do Brasil (1910), de José Oiticica, revisitado

O conjunto de reflexões normativas *Como se deve escrever a história do Brasil*, elaborado por José Rodrigues Leite e Oiticica, foi publicado pela prestigiada *Revista Americana*¹ no ano de 1910 através de quatro partes. De uma forma ou de outra, essa série de prescrições estava amparada pelo desejo do jovem intelectual republicano, que nesse momento se preocupava com o magistério da história e com a direção de escolas secundaristas, em atualizar o conhecido, e influente, trabalho homônimo de Karl von Martius vindo a lume na Revista do IHGB em 1845, considerado um verdadeiro construtor de discursividade no interior da historiografia nacional.

José Oiticica acreditava ser necessário dotar as intuições filosóficas de Von Martius de cientificidade. Diríamos mais: o nosso autor pretendeu sanar as supostas insuficiências da proposta do naturalista bávaro ante as demandas e as exigências postas à prática historiográfica no contexto geral da Primeira República. Oiticica, ao estruturar normativamente o saber histórico através do vetor ciência, queria compassar o texto fundacional de Martius à luz da ambiência epistêmica do seu tempo.

É possível sinalizar que as seções que compõem o artigo *Como se deve escrever a história do Brasil* apresentam-se como um veículo possível para que a atual comunidade de leitores de história tenha contato com o passado da sua disciplina, ainda mais quando se trata de uma proposta de história francamente original. As ideias de José Oiticica são capazes, então, de provocar reflexões sobre a história da historiografia localizada em um momento estratégico tanto do ponto de vista intelectual quanto político, qual seja, aquele que enredou os anos em torno da emergência e da consolidação da República no Brasil e, *pari passu*, a constituição de um saber histórico considerado “moderno”.

Salientamos que nas prescrições do professor Oiticica existia a preocupação, ainda que não sistemática, de se meditar e de se discutir uma série de problematizações que se

¹ A criação da Revista Americana era uma demanda dos países latino-americanos visando uma aproximação político-cultural e “uma estratégia diplomática voltada para o equilíbrio do continente, garantidora da paz, em um contexto de enorme instabilidade com um mundo sofrendo as consequências da corrida imperialista que levaria as nações centrais para uma guerra generalizada e uma América, especialmente do Sul, buscando se inserir nesse cenário, tentando consolidar suas instituições”. CASTRO, Fernando Vale. Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 51. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310348_07_pretextual.pdf Acesso: 29 out. 2020.

referiam à produção mais adequada de um texto com feições historiográficas e que davam conta, razoavelmente, de abordar o passado em sua singularidade própria. De alguma maneira, tal posicionamento coloca em suspenso certo consenso que posicionou a produção historiográfica brasileira do alvorecer republicano no patamar tão somente do chamado *paradigma positivista da história*, ou que usualmente veio a se chamar *metódico*. Ali nem mesmo a cientificidade da historiografia parecia ser algo evidente ou naturalizado, como o jovem Oiticica nos revelou em sua normatização.

Essa variedade epistêmico-historiográfica não era de fácil identificação, compreensão e organização, sendo necessário um aguçado processo de escuta, pois ela estruturava-se por meio de caracteres sutis, mas que em um exame detido mostravam-se importantes na construção dos diferentes trabalhos ali confabulados e na determinação da maior ou da menor aceitação de figurações do historiador como úteis, ou inválidas, para aqueles *homens e mulheres de letras*. O nosso artigo nos faz ver certa movimentação de *regimes historiográficos* concorrentes a partir das prescrições escritas por José Oiticica.

Nessa direção, novas “políticas da memória” passaram a ser implementadas nesse contexto e entraram em uma movimentação conflitiva de conformação. No período imediato ao pós-1889 emergiram discussões acerca do estatuto do passado brasileiro e novas expectativas sobre o futuro da nação foram colocadas na mesa. Isso demandou um processo de (re)escrita da experiência histórica brasileira, em que a própria epistemologia do conhecimento histórico passou por revisões e por readequações junto às demandas dos novos tempos, porque as próprias maneiras de se objetivar a realidade histórica são dependentes das suas formas de objetivação. O *Como se deve...*, de Oiticica, apresenta-se como o nosso estudo de caso para verificarmos essas transformações colocadas como hipótese geral de trabalho, ressaltando ao longo do texto o *estatuto de cientificidade conferido à história*, as suas *condições epistemológicas*, os seus *alcances metodológicos*, bem como os seus *interesses em termos de interpretações do Brasil e de temas atuais*.

Não defendemos essa ambiência, muitas vezes denominada de pré-modernista, como uma transição, situada entre um antes e um depois, um momento de passagem, mas a assimilamos a partir das soluções nela encaminhadas para os problemas levantados pelas gerações antecedentes, ligadas *grosso modo* às interpretações românticas da

história, assim como a partir dos próprios problemas por ela colocados e diante dos quais respostas possíveis foram elaboradas.

Essa consideração é importante por oferecer a oportunidade da interdição da memória disciplinar emergente no contexto universitário, que conduziu uma visada depreciativa acerca dos produtos intelectuais e culturais, incluindo os referentes aos modos operatórios e as formas historiográficas, imediatamente anteriores a esse período.² Através do texto de Oiticica resgataremos esses horizontes obliterados voltando a dar a historicidade que lhes são de direito, pois nesse cenário questões candentes entre os postulantes à historiadores estavam em jogo: a reinvenção da historiografia imperial; o esforço na direção de se definir uma cronologia republicana para a história do Brasil; a continuada busca por novas fontes e por parâmetros para examiná-las; o anseio por métodos e por suportes teóricos que conferissem legitimidade epistêmica à disciplina; o perfil do historiador face ao dos cientistas sociais; a conciliação entre história nacional e história regional; a eleição de novos atores sociais e de temáticas que representassem o povo e a identidade nacional, levando em conta que os eventos da Abolição e da Proclamação tornaram possível imaginar a existência de uma nação constituída por uma população juridicamente constituída por homens e por mulheres livres.³

Essa postura nos faz enxergar a ciência da história, ou a operação intelectual própria do historiador disciplinado, em construção.⁴ Estamos diante de um *janus bifronte*. O fazer historiográfico no contexto republicano distanciava-se, e o texto de José Oiticica nos sugere isso, das modulações epistêmicas que respeitavam integralmente os protocolos disciplinares estabelecidos pelas gerações que fundaram o Império, assim como ainda não obedecia aos padrões acadêmicos estabelecidos nos cursos e nos departamentos de história instituídos nas universidades brasileiras.⁵ Estamos em um

² FRANZINI, Fabio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2011, p. 261.

³ GOMES, Angela de Castro. A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 25.

⁴ Cf. LATOUR, Bruno. Introdução. Abrindo a caixa-preta de Pandora. In: Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

⁵ NICOLAZZI, Fernando. "Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil". Mimeo, 2010.

terreno em que *regimes historiográficos* conviviam abertamente.⁶ A partir da série *Como se deve...* abordaremos com um *olhar vigilante*, utilizando a metáfora epistêmica latourniana da *caixa preta do saber*, algumas dimensões dessas formas específicas de se fazer historiografia na direção da busca da historicidade da rede complexa de interações e de controvérsias políticas e de conhecimento que contribuíram para o exercício dessa prática na Primeira República.

Este artigo busca, então, retirar da latência epistêmico-historiográfica republicana possíveis modos de pensar, de fazer e de escrever a história, salientando, assim, orientações teórico-práticas esquecidas, inexploradas, negligenciadas ou até mesmo emudecidas. O texto produzido por José Oiticica é capaz de tornar plural e multidirecional o processo de “modernização” historiográfica assistido no Brasil, resultando na complexificação das narrativas únicas fomentadoras do cânone, que, no limite, propõem uma estabilidade disciplinar para o campo à custa do apagamento das diferenças.

Um leitor de Karl von Martius.

Para iniciar as suas prescrições historiográficas Oiticica se posicionou como um leitor do texto *Como se deve escrever a história do Brasil* (1945), escrito pelo naturalista Karl von Martius. Mais: ele utilizou o mesmo nome daquela Dissertação para formular as suas ideias e para polemizar.⁷ O aspirante a homem de letras estava com 28 anos de idade quando escreveu esse artigo. Oiticica, aqui, não é o anarquista que conhecemos, mas um jovem intelectual republicano. Retoricamente o autor retomava as apreciações de Araripe Junior e de João Ribeiro sobre a normatização historiográfica em exame. Eles a consideraram “admirável”. Porém, o nosso autor buscou um distanciamento ante a proposta de Martius para ditar normas e orientações ao fazer historiográfico que fossem, segundo ele, mais condizentes com a conjuntura epistêmica localizada na República. Em

⁶ Cf. NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno (orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

⁷ A polêmica era uma oportunidade dos intelectuais da passagem do século XIX para o XX ganharem projeção nacional. Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1919*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Ver a vigorosa pesquisa de Vicente Detoni: DETONI, Vicente da Silveira. *A moderna historia magistra vitae de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870 – 1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206273> Acesso: 29 out. 2020.

suas palavras: “Conquanto os seus conselhos sejam de todo excelentes, tenho que não bastam para constituir o arcabouço completo da nossa interessantíssima história”.⁸

O ponto de desacordo entre os dois intelectuais encontrava-se na forma mais precisa de sistematizar os elementos da história nacional, dando a eles visão de conjunto. Para Oiticica, isso seria possível por meio de “um plano geral de filosofia histórica”, perpassado pelo cientificismo evolucionista da época, que pudesse orientar o registro teórico movimentado e cujos princípios instituíssem classificações e interpretações gerais sobre os fatos históricos. Ou seja: “(...) os nossos melhores historiógrafos baralharam sempre os acontecimentos, nunca os separaram uns dos outros, nem lhes deram, com precisão, a influência por eles exercida na evolução da sociedade brasileira”.⁹

Nessas prescrições havia a necessidade da operação de análise classificatória dos fatos históricos e a posterior síntese, que em Oiticica encetava leis, capaz de realizar um balanço da experiência histórica brasileira cientificamente orientado. Em razão de Martius não operar essa legenda científica a sua história filosófica foi interdita pela falta de “vista de conjunto”, isto é, uma disposição atravessada pelo procedimento de sistematização, ou organização geral do saber do historiador, analítico-sintético.¹⁰

A diferença da história filosófica de Martius para a proposta de Oiticica era que ela ligava os fatos de modo relacional, enquanto o *Sistema* do intelectual mineiro classificava os fatos sistematicamente em uma disposição explicativa generalizadora.

Em termos temáticos o texto do naturalista viajante apresentava-se incompleto, destacando-se que ele “voltou-se quase exclusivamente à consideração das três raças e dos entrecosques das primeiras relações”.¹¹ Além disso, Martius reduziu a história brasileira a partir da separação entre “história comum” e “história local”. Em tese pouco para quem desejava estudar a conquista da terra, a independência da colônia, a formação

⁸ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 7, pp. 1-8, 1910a, p. 1.

⁹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 1.

¹⁰ “A exigência de uma história filosófica descartava do horizonte de possibilidades os anais, as crônicas como legítimas formas de gênero histórico agora em processo de redefinição. Mais do que simplesmente narrar os fatos acontecidos localizando-os temporalmente, seria preciso a intervenção do historiador/autor, uma proposta de inteligibilidade para os fatos do passado submetidos agora a um trabalho de seleção e enredamento específicos”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹¹ OITICICA, “José. Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 1.

da nacionalidade, a verificação das principais tendências de comportamento social a partir do polo da tradição. Esses e outros temas evidenciavam a desatualização do programa de Martius junto ao universo de preocupações da historiografia operada na Primeira República. Assim, sugerimos que José Oiticica, apesar da sua excentricidade teórica, não se apresentava como um pensador *outsider* da história naquela ambiência. *Não sendo, portanto, o seu projeto de história marginal, mesmo que obscurecido pela memória disciplinar da história da historiografia brasileira por tanto tempo.*

José Oiticica interditou a caracterização feita pelo naturalista acerca dos indígenas. Em termos de conceituação parecia incorreto falar, inserido que estava no contexto cientificista, em “natureza primitiva”, sendo correto mover a expressão epistêmico-sociológica “estado social”. Isso era uma diferença grande, pois falar em termos de natureza significava acreditar que o ser humano era estático em seu desenvolvimento. Já “estado social” levava os leitores a compreenderem as condicionantes que circunscreviam a ação social dos indígenas. O estudioso acreditava que não se fazia necessário o extensivo uso da arqueologia e dos estudos linguísticos para se apreender as culturas indígenas de um passado mais ancestral. O que importava em termos de história do Brasil era compreender o estado dos indígenas na época das grandes navegações. Assim, “(...) da parte do homem vermelho, só importa a esta sua organização social em 1500.¹² Ao abordar as relações sociais e os usos e costumes indígenas Oiticica sublinhava mais uma vez a obsolescência da Dissertação de Martius. Nesse “terreno [ela estava] inteiramente prejudicada pelas novas correntes científicas. Nenhum historiador consciencioso poderia prescindir atualmente dos resultados da Escola de Le Play e Tourville, que fornece processos de exames sistemáticos”.¹³

Sistemáticos em razão de não se contentarem em estabelecer respostas para os problemas colocados. Demandava-se que as próprias questões fossem válidas e, conseqüentemente, que as respostas fossem verdadeiras, relacionando-se entre si e

¹² OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil”, p. 2. José Oiticica parecia avesso às pesquisas de vanguarda no que tangia o estudo do indígena a partir da sua linguagem. Os maiores divulgadores desses estudos no Brasil no final do século XIX e início do XX foram Karl von den Steinen e Capistrano de Abreu. “Os novos estudos apontariam para a complexidade do campo etnológico brasileiro e para a necessidade do uso de um método comparativo para a pesquisa das diversas famílias de línguas indígenas”. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 106.

¹³ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 3.

esclarecendo-se mutuamente, formando conjuntos coerentes de ideias e de significações demonstradas racionalmente. Para José Oiticica, Von Martius fez uma mera urdidura factualista distante dos modos de ser dos acontecimentos.

No que tocava à sociedade portuguesa, a psicologia do colonizador e a sua transformação no meio brasileiro as prescrições de Martius mereciam severas críticas, exigindo revisões. O historiador não podia tomar aquelas asserções como absolutamente verdadeiras, mas devia destacar as contradições e os enganos. Suponho que a contenda entre Martius e Oiticica relacionava-se, nesse ponto, com o argumento da “fusão das três raças” formadoras a partir da ascendência portuguesa. Veremos que Oiticica era contrário à noção de raça.¹⁴ Mas havia na Dissertação de Martius outras deficiências. Era preciso, por exemplo, a comparação entre a colonização portuguesa do século XVI face à colonização moderna, sobretudo, no que tangia ao movimento econômico da época ultramarina. Com relação a esse fator salientamos que a história econômica foi mobilizada com maior acuidade na República, tornando o programa de José Oiticica atualizado.

Martius podia até ter prescrito que o historiador devia descer aos pormenores da vida colonial. O problema era, para Oiticica, que ele não “enfeixava” os fatos, isto é, não os reunia a partir de uma classificação sistemática - que era um procedimento reflexivo. Não era possível que aquela antiga normatização historiográfica circunscrevesse os fatos e, menos ainda, estabelecesse o acompanhamento dos seus pluri-efeitos. Aqui há um dos pontos altos da teorização de José Oiticica: o fato histórico podia ter significação múltipla, “repercutindo-se” em sentidos múltiplos. Essa dimensão complexificava o seu evolucionismo. Por isso era importante a classificação dos fatos: era o processo de análise em questão. Cumpria ao “método científico” apresentar-se como a forma adequada de destacar essa variedade de tendências implicadas nos fatos histórico-sociais. O nosso autor deixava bem claro que esse regime de saber era tributário da epistemologia da

¹⁴ A posição de José Oiticica corroborava com os movimentos que começavam a colocar em dúvida o racismo científico, muito em voga no contexto em que escreveu o seu conjunto de reflexões, como podia ser visto nas obras do seu contemporâneo Nina Rodrigues. Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Escola de Le Play.¹⁵ “Esse critério diretor ainda falta para a história, por mais geniais que tenham sido as tentativas para formulá-lo desde Vico até Lacombe, ou até Azambuja, nos seus ensaios de aplicação do *método social* de Tourville à história”.¹⁶

José Oiticica não se estendia quanto ao lugar e a importância dos negros na proposta de Martius. Apenas aludia que o naturalista estava mais do que certo, sendo até mesmo um truísmo, sobre a necessidade de estudar os seus modos de ser em sociedade, pois “eles são parte componente do tipo social brasileiro”. Não se verificava, pois, traços de racismo científico, tão corrente no contexto em que foi redigido o novo *Como se deve...*

A história filosófica de Martius sublinhava que havia fatos insignificantes e inexpressivos. O seu desejo era a elaboração de um saber que colocasse em destaque o sentido orientador dos fatos. Mas Oiticica o confrontou: qual o critério mobilizado nesse processo epistêmico de “expurgação” dos fatos necessários e dos fatos irrelevantes? O problema capital da historiografia nacional era, para o jovem estudioso, a falta de *recursos de método*, condição que impedia a transformação da história em uma ciência. “Por isso, ainda homens ilustradíssimos, eruditos de polpa, desperdiçam esforços extraordinários na verificação de datas sem valor ou episódios sem nenhum interesse histórico”.¹⁷

A originalidade de uma ciência da história

José Oiticica considerava a história uma ciência social. A sua argumentação se parecia, em alguma medida, com a defesa da sociologia durkheimiana acerca da concretude dos fenômenos sociais: “A ciência que os estuda deve ter por base a mesma base das ciências concretas referentes aos fenômenos concretos”.¹⁸ O nosso autor queria

¹⁵ “Pode-se ver na construção desse método a combinação dos três papéis desempenhados por Le Play ao longo da sua vida: o engenheiro, o sociólogo e o reformador social. Da engenharia, ele importa a concepção do trabalho de pesquisa como atividade coletiva, inscrita em uma organização hierarquizada. Como sociólogo, ele se destaca como um dos inventores da etnologia moderna, com sua ênfase na observação direta e na pesquisa de campo. Finalmente, o reformador social transparece no seu empenho em propor reformas a partir dos seus achados como sociólogo. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “A família na obra de Frédéric Le Play”. Dados, vol. 45, n. 3, pp. 513-544, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a07v45n3.pdf> Acesso: 29 out. 2020.

¹⁶ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 4.

¹⁷ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 5.

¹⁸ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 5.

afastar o seu *Sistema da história* da metafísica. Para ele a ciência da história se ocupava com as “forças cósmicas”, que ofereciam concretude aos *modos de ser* de todo o universo, fosse através de “corpos brutos” ou de “corpos orgânicos”, que neste caso se revelavam como *energia vital*. Estava instalada a “dinâmica social” quando tais forças encontravam-se no plano das sociedades. Nesse âmbito, as “forças cósmicas” se manifestavam a partir de alguns direcionamentos: a *energia física*, a *energia mental*, a *energia moral*, a *energia prática* e a *energia social*, sendo que as duas últimas possuíam condições de existir a partir da correlação entre as primeiras. Esse *Sistema da história* arquitetado por José Oiticica era apropriado, de acordo com Vicente da Silveira Detoni, de reflexões de teóricos da física moderna, tais como Julius Robert von Mayer e Nicolas Carnot.¹⁹

A realidade tangível invocada por José Oiticica através da interação das formas energéticas podia ser chamada de *força humana*. Dessa maneira, o professor mineiro podia arquitetar a sua peculiar concepção de ciência da história. Vejamos isso por intermédio das suas próprias palavras: “A história é, assim, a parte da ciência social que estuda as leis de evolução da força humana. Dela se deduzem os meios seguros de *administração*, que vem ser a *arte* de desenvolver a força humana”.²⁰ Se o devir histórico era transpassado pela força humana, dando-lhe forma, tornava-se possível acompanhar e prever a sua performance, o que impedia que houvesse perda de energia. Além disso, a administração da força humana tendia a ser um caminho seguro para a reforma da sociedade, registro devoto, talvez, dos pioneiros da Escola de Le Play.

O desenvolvimento da força humana, finalidade social por excelência, se operacionalizava através da movimentação das “forças naturais oponentes” e do aproveitamento das “forças naturais concorrentes”. O que se desejava demonstrar era o processo de desenvolvimento da “força humana” pelo aproveitamento das forças favoráveis que com ela concorriam para a interdição das oposições ambientais. Esse movimento epistemológico era chamado por Oiticica de *problema*. O autor tinha uma exemplificação que tornava mais factível o seu argumento: “Toda nossa vida individual consiste na resolução de pequenos problemas em cada um dos quais há forças oponentes

¹⁹ Cf. DETONI, Vicente da Silveira. *A moderna historia magistra vitae* de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870 – 1940), 2019.

²⁰ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”, p. 6.

e forças concorrentes, cumprindo-nos dominar umas por meio das outras para aumentar a nossa própria força (riqueza, saúde, consideração, condição social)".²¹

A mobilização das "forças concorrentes" para embargar as "forças oponentes" implicava na resolução dos mais diversos tipos de problemas, visto que aumentava a força proponente. O uso errado ou equivocado das forças concorrentes podia acarretar perda, prejuízo e diminuição de força humana.

Essa disposição percebida no âmbito individual podia ser projetada no campo social. Era nesse ponto que aparecia a utilidade social do historiador: ele podia perceber no passado problemas que eram colocados às forças concorrentes, ao mesmo tempo em que podia administrar a energética-social. Essa disposição era responsável até mesmo por moralizar a história, dado que se houvesse aumento de força humana era um sinal positivo, e se ocorresse a diminuição era uma indicação negativa. Assim, "a sociedade *progride* quando há aumento de força humana, *regressa* quando há diminuição, *estaciona* quando não há aumento nem diminuição sensíveis."²²

As reformas e os movimentos sociais, além das classes dirigentes, podiam se valer desse esquema de pensamento, porquanto ele sinalizava para as performances da energética-social, podendo-se prevê-la e orientá-la. O historiador podia ser, então, o administrador da força humana na duração.

Para se estudar a história de um povo era necessário, para além da racionalização do embate entre forças concorrentes e forças oponentes, determinar a expressão do *meio*, da *tradição* e do *tipo social*, cabendo a compreensão da interação evolutiva destes à luz da resolução de problemas. Após esse movimento era necessário classificar os fatos históricos. Essa disposição epistemológica, para Oiticica, ainda não era realizada no Brasil. Para desenvolver as leis de certo domínio de saber, no caso pensamos na história, devia-se "discriminar previamente os fenômenos característicos, agrupá-los, seccioná-los de tal arte que a analogias por si mesmas revelassem as divergências essenciais".²³ A comparação entre as várias classes de fenômenos levava o historiador, que era um cientista social, a compreensão e a explicação das semelhanças e das antinomias,

²¹ OITICICA, José. "Como se deve escrever a história do Brasil". p. 6.

²² OITICICA, José. "Como se deve escrever a história do Brasil". p. 7.

²³ OITICICA, José. "Como se deve escrever a história do Brasil". p. 7.

resultando em nomenclaturas que circunscreviam os fatos histórico-sociais. Aqui encontramos outro claro exemplo da leitura que Oiticica fez da Escola de Le Play.

Todo esse trajeto epistemológico da ciência da história de Oiticica o fez crer que ela era a *mestra da vida*. Eis o seu percurso: 1) percebia o embate entre as forças concorrentes, favoráveis ao desenvolvimento social, e as forças oponentes; 2) determinava os problemas derivados da luta entre as duas formas de força implicadas na energética-social; 3) de acordo com eles se podia classificar os fatos, comparando-os, e explicar como eram resolvidos; 4) era possível perguntar pelas tendências atuais da sociedade e quais os problemas urgentes que deviam ser resolvidos em nome da nação. Percebia-se que o valor cognitivo da história-ciência servia à vida. Já o valor pedagógico da história de Oiticica encontrava-se acumulado na força humana. Ali verificava-se um alto grau de experiência, capaz, inclusive, de se materializar em leis evolutivas.

Era possível aprender com a história pelo fato de o historiador ter em mãos um coeficiente da energética-social formado ao longo do tempo. Por isso, “se em mecânica se avalia a superioridade de uma máquina pelo maior rendimento na unidade de trabalho, em história calcularemos a excelência de uma sociedade pelo maior rendimento proporcional de energia humana”.²⁴

Uma proposta de método histórico e de teoria do conhecimento

A proposta de síntese de Oiticica, em seu *Como se deve...*, era dependente da erudição. Lembrando que esse registro não era o da análise. Tal composição epistemológica era apreendida nesta passagem: do trabalho erudito “miúdo de reconstituição dos sucessos” o “filósofo apanha os seus materiais, os classifica e coordena até abraçá-los num golpe de vista geral e exato”.²⁵ O historiador, para tornar científica a sua prática, devia mover o metodismo-erudito, a análise classificatória e a interpretação geral sintética. Em Oiticica, a erudição subsidiava a análise, através de materiais diversos, na compreensão do choque entre forças concorrentes e forças oponentes. Na passagem da erudição para a análise o historiador teria em mãos as tendências que regulavam a

²⁴ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 10-11, 20-38, 1910d, p. 23. (manuscrito)

²⁵ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 8, pp. 8-15, 1910b, p. 13. (manuscrito)

evolução da força humana que eram projetadas junto aos diferentes tipos de fenômenos. A síntese emprestava um balanço geral, um eixo diretor, sobre a força humana no tempo. Da forma como ocorria com maior regularidade na República, a sua síntese era movimentada a partir de um diálogo interdisciplinar com as ciências sociais (do evolucionismo ao condicionalismo), mas, também, com certa noção de filosofia, mais no sentido de um saber abstrato e menos de um campo de saber, e com a física. Esse procedimento sintético era necessário para que a prática da historiografia se tornasse científica, que no seu entender passava pela elaboração de um *sistema*.

Essa disposição compassava-se com as exigências daquela conjuntura epistêmica, desatualizando o antigo modelo de história filosófica de Martius.²⁶ Não é de somenos importância dizer que o nosso autor nomeava o trabalho de escrita da história de *historiografia*, e o seu praticante de *historiógrafo*. O que implicava o conhecimento de todo um saber compartilhado, dado que categorizado.

José Oiticica tinha uma consciência refinada acerca do significado dos fatos históricos. Não se devia encará-los sob uma lente analítica exclusiva. Eles não eram resultados de um só efeito. “Se num efeito podem casar-se muitas causas uma só causa expande-se também, frequentemente, em inúmeros efeitos”.²⁷ Seu evolucionismo formava um espectro. Tendo isso em mente, o nosso autor argumentava sobre a necessidade de monografias preliminares. Aqui estava outra marca da Escola de Le Play em sua teoria do saber. Mas novamente o estudioso falou da necessidade de um historiador-filósofo, diferente da figuração que Martius evocou em sua Dissertação. Esse tipo de historiador manejava o produto erudito devidamente criticado e classificado indicando as carências ainda existentes nos acervos de fontes disponíveis. O trabalho historiográfico tornava-se uma operação de preenchimento de lacunas. O farto acervo de fontes era essencial para que o historiador pudesse lidar com a pluralidade de efeitos decorrentes de um fato e, posteriormente, emplacasse um eixo diretor para eles.

O ecletismo teórico de Oiticica apropriou-se da *sociologia positivista*. O nosso autor admitia que toda aquela aparelhagem epistemológica dependia de tal concepção

²⁶ Fernando Nicolazzi assinala que entre Martius e Oiticica houve uma ruptura epistemológica, oferecendo ao leitor a compreensão das diferenças acerca da historiografia praticada entre as gerações que fundaram o Império diante das demandas republicanas, já em desenvolvimento desde a geração de 1870. Cf. NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história, 2017.

²⁷ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 20.

sociológica. Seguindo Comte, a história como “dinâmica social” estava preocupada com as leis da evolução. Esse registro elaborava-se através do estudo das formas pelas quais os agrupamentos sociais caminhavam em direção à evolução. Tal mecanismo epistêmico era importante, posto que estabelecia as leis da mudança social. Enquanto isso a “estática social”, também apropriada por Oiticica, se preocupava com a ordem, o equilíbrio e as condições sociais de existência. Ela tinha por objeto a abordagem das diversas partes da sociedade percebidas como permanentes e as suas imediatas relações.

A “estática social” apresentava-se como uma espécie de anatomia social. Ela descrevia os fenômenos buscando as formas como eles se relacionavam. A partir desse recurso, almejava-se a integração e a interpenetração de todas as manifestações da vida social.²⁸ Era na “estática” que ocorria a sistematização. Segundo o nosso articulista, esse registro de saber não estava totalmente disponível em seu contexto, apesar da farta bibliografia existente. “Basta lermos, com atenção, as obras dos próceres para nos convenceremos da balburdia de opiniões e da falta de critério sistemático”.²⁹ Oiticica não perdoava nem mesmo a Escola de Le Play, a qual se filiava em muitos pontos. Argumentava que o seu método era imperfeito e que os seus adeptos, mesmo com a genialidade de Henri Tourville, não submetiam as indicações originárias da Escola à crítica diligente no intuito de transformá-las “num todo lógico definitivo”. A sua ciência da história era definida por princípios lógicos. Ao que parece o seu anunciado *Sistema da história* vinha suprir as carências arroladas acima, que eram de ordem transnacional.

A crítica à Escola de Le Play continuava, visto que os seus praticantes eram “demasiadamente dedutivos” em termos de método. Mas Oiticica não era totalmente indutivista como percebemos através da sua concepção de ciência. Ele era, sim, contrário ao exclusivismo geográfico, muitas vezes movimentado por essa Escola, para dele derivar o caráter da sociedade. A sua teoria do conhecimento se apropriava muito particularmente das ideias de “estática social” e de “dinâmica social”. Esses dois registros abrangiam todos os organismos e instituições, apresentando-se como a *transformação* e a *ordem*.

²⁸ Cf. COMTE, Augusto. Augusto Comte. Los fundamentos de la sociología. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

²⁹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”, p. 26.

Oiticica se valia dessas reflexões no plano da teoria social e no da teoria do saber. A estática e a dinâmica sociais mostravam-se como eixos explicativos da sociedade, definindo a origem, as transformações e a finalidade dos atos humanos. “Eis porque, lendo os trabalhos dessa escola, sentimos que os autores tocam nesses pontos, mas sem tato, sem apoio, mormente nas indicações das reformas”. O positivismo (redimensionado) era uma via para a resolução das limitações epistêmicas dos leplaysianos.

De todo modo, o procedimento epistemológico sintético de Oiticica era, como vimos, absolutamente referenciado empiricamente.³⁰ O historiador projetava os problemas a serem resolvidos através das forças concorrentes e oponentes. Analiticamente o sujeito cognoscente classificava os fatos a partir das leis da força humana, resultado da luta entre as forças concorrentes e oponentes, visando um balanço destas por meio da síntese. Como chegar ao conhecimento da *mecânica social*? Através, acima de tudo, da classificação das *necessidades* e das *forças*.

Oiticica revelou uma metodologia para satisfazer o seu *Sistema*. Primeiramente havia dois postulados: 1) não se conhecia o ser das coisas, mas os seus modos de ser. Aqui encontramos uma crítica ao empirismo filosófico e ao essencialismo ante as virtudes de uma abordagem social; 2) os seres movimentavam-se a partir da estática e da dinâmica sociais. Era, pois, o seu modo de explicação do devir histórico. A partir do primeiro postulado verificava-se os “modos de ser algo” a partir de um viés tripartite: *posição, forma e função*. O estudo desses fatores favorecia o conhecimento acerca da constituição íntima dos agentes e das relações com outros entes. Havia, aqui, um indicativo de teoria social. Quanto ao segundo postulado, dinâmico e estático, devia ser colocado estas questões: *origem, transformação e finalidade*, como vimos. A observação, a memória e a comparação eram importantes para o saber que se desejava acerca dos modos de ser em sociedade, o que indicava um olhar retrospectivo por sua parte. Era certo que a ciência da história de Oiticica era dedutiva. Isso era verificado no plano da análise, que transformava a empiria em conhecimento conceitual através do

³⁰ DETONI, Piero di Cristo Carvalho. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6124> Acesso: 29 out. 2020.

experimentalismo. Porém, a análise induzia generalizações, isto é, sínteses. Melhor dizer, então, que a sua ciência da história abrangia esses dois polos epistêmicos, sendo considerados complementares, configurando, assim, uma “ciência mista”. Ademais, se desejava um saber científico enciclopédico, mas isso não significava, em todo caso, que o historiador devesse ser um especialista em todas as ciências.

O que fica é a constatação da sólida base científica que a história devia possuir. A teoria do conhecimento de Oiticica indicava que os fenômenos históricos se organizavam de modo dinâmico. Ela se aproximava interdisciplinarmente, sobretudo, de dois campos em especial, quais sejam, a geografia e a psicologia. Não é difícil o leitor perceber que Oiticica intercalava a passagem do tempo com o movimento de espacialização territorial. A sua fonte de inspiração era a antropogeografia de Friedrich Ratzel.³¹ Já a psicologia invocava a alma humana, sendo a chave para as pesquisas sobre as “multidões”.³² Ela catalisava necessidades e forças. Por meio dela se desvelavam institutos, sentimentos, emoções, ideias, vontades e consciência. Tudo isso entrecrocando-se com “repercussões múltiplas”, derivando efeitos diversos, tornando o tecido histórico-social complexo.

A imparcialidade e a sinceridade eram virtudes epistêmicas fundamentais para este “pensador da história”, porém ele não deixava de falar em certa “arte de expor”. O historiador, por fim, devia ser um escritor. “Só vivem livros redigidos com arte”. Estava armada a epistemologia de *Como se deve escrever a história do Brasil*, de José Oiticica.

Uma história-problema: casos operacionais

O primeiro problema percebido por José Oiticica em sua desejada história do Brasil foi a *defesa contra os estrangeiros*, em que se verificou a sua organização e a repulsa direta dos “intrusos”. Esse choque de forças levou à formação, do lado português, de fortificações e de milícias de terra e de mar, enquanto os estrangeiros incentivavam a

³¹ Apesar de José Oiticica dizer que foi o primeiro a movimentar a antropogeografia no Brasil, percebemos na passagem para o século XX o conhecimento da obra de Ratzel, como em Capistrano de Abreu. SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – A construção da história e do historiador. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/xmlui/handle/icict/16315> Acesso: 29 out. 2020.

³² Mesmo que José Oiticica mobilize certa ideia de “psicologia da multidões”, em nenhum momento ele fez alusão aos estudos de Gustave Le Bon.

pirataria e as expedições regulares. Qual a posição da Metrópole? A história brasileira se iniciava com um problema. Oiticica indicava que, após a verificação do estado da força humana resultante desse choque de forças, o historiador devia classificar os fatos, averiguando as medidas portuguesas e constatando, a partir do meio e do tempo, se havia outras formas possíveis de aproveitamento da referida força humana responsável pelos primeiros movimentos de colonização efetiva do Brasil no século XVI.

O *problema da conquista* da terra se subdividiu em modos distintos de resolução, isto é: 1) as *expedições conquistadoras*; 2) as *entradas* e as *bandeiras*; 3) as *missões*. Havia a consciência que o processo de resolução desses problemas sugestionava uma influência múltipla sobre as demais questões. Assim, o fato não devia ter como determinante um só efeito. Havia múltiplas causas e múltiplos efeitos. Era dever do historiador discriminar cada uma das causas, atendendo, pois, ao efeito particular que desejava evidenciar. Para que isso ocorresse havia a necessária classificação, organização e separação dos fatos concernentes aos problemas que tinha em mira. Exemplo: as missões comandadas pelo padre Vieira relacionavam-se com a *conquista da terra*: organização do aldeamento, estabelecimento de leis normatizadoras que incidiam sobre a vida dos indígenas etc. Já as obras dos missionários situavam-se na chave da *constituição da sociedade*. Essa sensibilidade analítica era fundamental.

Oiticica tornava evidente as formas pelas quais os portugueses expandiam o perímetro colonial e estabeleciam o seus Outros, no caso indígenas e africanos. Havia, então, uma primeira identificação dos luso-brasileiros com o território.

O *cultivo do solo* movimentava três problemas secundários, quais sejam, a *distribuição das terras*, os *capitais de exploração* e os *meios de transporte*. Acredito ser importante destacar que José Oiticica construiu, paralelamente ao desenvolvimento histórico, um registro espacial que emoldurava aquilo que se chamava de Brasil. Devia ser investigado o processo de repartição das terras brasileiras desde os donatários. Tal distribuição levava em consideração a importância dos núcleos sociais e as condições do meio. Porém, em torno dos núcleos principais eram encontrados outros secundários. Devia-se estudar esses dois tipos de núcleos. José Oiticica estava preocupado em deixar o leitor ciente de que o poder metropolitano era filtrado pelo poder local, que se autonomizava no processo de administração dos núcleos secundários coloniais. Os

capitais de exploração eram: os recursos pecuniários, os materiais de trabalho e o coeficiente intelectual. Essa demanda acionava uma história da economia colonial. Se desejava perceber quais os subsídios metropolitanos e coloniais estavam disponíveis. Esse apontamento sublinhava as relações de poder que atravessavam aquela sociedade. Oiticica pedia que os problemas de origem econômica fossem estudados “ao revés”. A realização do mapeamento dos utensílios de trabalho e o estudo dos usos dos animais aproveitados na lavoura eram de grande interesse para a sua história. Era possível investigar a *eficiência do trabalho*, a energia humana, junto à exploração dos capitais coloniais. Nesse bojo situava-se a questão do *transporte*, importante para o conhecimento do interior do Brasil, um *topos* temático da historiografia republicana. Aqui, como no caso da procura das minas, as forças oponentes ambientais eram poderosas.

O problema do *capital intelectual* estava condicionado pela energia do trabalho. O historiador de Oiticica abordaria as formas de divisão do trabalho, a instrução do operário, o talento empreendedor dos colonos e o adiantamento das ciências e das artes. Sendo um historiador filósofo, responsável pela síntese, desenhava um quadro geral da economia pública a partir dos núcleos coloniais em desenvolvimento, dado que a energia do trabalho era “um dos fundamentos da evolução histórica”. Pela análise da energética do trabalho derivavam-se explicações sobre as históricas desigualdades sociais.

Um problema em destaque era o da *escravidão* dos indígenas, dos africanos e dos seus descendentes, que para José Oiticica se operava em virtude da falta de mão de obra. A sujeição do indígena era realizada, por um lado, a partir do processo das *entradas* e das *bandeiras* e, de outro, pela *catequese*. Porém, o nosso autor era, nesse ponto, mais contido e cauteloso. A incorporação compulsiva do indígena à sociedade colonial devia ser vista através de vários fatores, sendo que cada um tinha significação múltipla. Além disso, a investigação de natureza antropológica devia ir além do processo de interação do indígena com o colono, mas avançar junto ao entendimento dos modos sociais presentes nos seus aldeamentos espalhados por todo o país, parte significativa da constituição da sociedade brasileira. “A observação se estende à vida dos negros africanos, aliás melhor ainda”.³³

³³ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 22.

Foi na última parte do artigo *Como se deve escrever a história do Brasil* que Oiticica discutiu a noção de “raça”. Suas palavras eram esclarecedoras: “Essa expressão, no meu entender, tem transviado a mais de um espírito lúcido e convém ao historiador acautelar-se contra a influência nefasta dessa abstração”.³⁴ Para o jovem estudioso republicano, no processo de elaboração do conhecimento histórico, a noção de raça não tinha valor cognitivo algum, sobretudo, em termos de explicação social. A “raça brasileira”, a mestiça, não possuía elemento de diferenciação face às demais.

Oiticica preferia a categoria *povo* para designar os indivíduos em seus agrupamentos sociais, quer dizer, homens e mulheres com “um passado definido”, “uma tradição dominadora”, “uma tendência” e um “tipo social determinado”. Mas o leitor deve perceber que ele ainda usava, em certos momentos, a categoria “raça” em seus escritos, mas sem a carga do racismo científico circulante.

Um dos problemas mais complicados para se resolver era o da *constituição da sociedade* após a classificação dos fatos sociais e a apropriação da sociologia de Comte através das noções de “estática” e “dinâmica”. Por meio desse registro se discriminava bem todos os fatores que organizavam os segmentos sociais. Era um modelo de abordagem sociológica que definia a ordem comunitária e as condições de progresso. Para Oiticica: “Há mister saber circunstanciadamente o que eram a agricultura, a indústria, o comércio, as finanças, a legislação, a justiça, a educação do povo, as tendências, artes, criminalidade, hábitos domésticos, superstições, regime de trabalho, bens etc.”³⁵

José Oiticica, intérprete do Brasil

José Oiticica assinalou, em sua interpretação do Brasil, que se havia uma virtude entre os países colonizadores ela se encontrava na acomodação das leis às necessidades coloniais. Essa disposição não ocorria no caso brasileiro, onde as imposições metropolitanas eram antagônicas aos desejos da jovem sociedade. Era José Oiticica e o seu antiberismo: “Portugal nunca observou a tolerância nem susteve a rédea frouxa.

³⁴ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 22.

³⁵ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 14.

Queria sugar o possível para o gozo dos seus príncipes e maiores”.³⁶ O Brasil era, na verdade, explorado por “liliputianos”.³⁷ Os portugueses não dispunham de educação mental, moral e física para um empreendimento de tamanha monta. A moral era, em todo caso, “minguada” entre os lusitanos. Não havia civilização portuguesa.³⁸ Esse americanismo de José Oiticica, apesar de não ser majoritário, compunha o cenário historiográfico na República, como se percebia, por exemplo, em Manoel Bomfim.

Já o plano narrativo arquitetado por esse “pensador da história” estava relativamente de acordo com os cânones e com as principais exigências historiográficas formuladas desde a década de 1880 pelos republicanos históricos. Partia-se para o passado colonial em busca das raízes democráticas e libertárias do país,³⁹ condição para a sustentação ideológica do novo regime político. O motor da história do Brasil para Oiticica era a “indignação incontida contra a exploração do governo”.⁴⁰ Por isso ele elegeu as seguintes situações insurretas para comporem o passado republicano: *A Revolta de Amador Bueno, a Insurreição de Agostinho Barbalho, o Levante de Beckman, a Conjuração Mineira e a Independência*. A metrópole “insuflava nos espíritos a ânsia da separação política indicada pela separação material da terra. A cada exorbitância, a cada humilhação acendiam-se nos corações dos brasileiros-natos as chispas de um patriotismo que nos povos sujeitos são prenúncios de libertação”.⁴¹ Não havia projetos políticos e de sociedade, mas valorosos vaga-lumes libertários na escuridão do jugo português.

O sentimento patriótico emergia, então, através das extorsões e das injustiças praticadas pela Metrópole. Oiticica construiu essa teleologia com os olhos no presente, em que o sentimento de “amor pátrio” era uma das condições possíveis para o funcionamento social, agora, republicano. Era a forma dos cidadãos se reconhecerem identitariamente a partir de um lugar simbólico ou natural. A pátria incitava, no caso de Oiticica, orgulho pelo país e civismo, fatores fundamentais para a esfera pública nacional.

³⁶ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 9, pp. 15-19, 1910c, p. 15. (manuscrito)

³⁷ No contexto em questão significa pequenez.

³⁸ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 8-9.

³⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. “República versus monarquia: a consciência histórica da década de 1880”. História Unissinos, vol. 14, n. 1, pp. 16-22, 2010, p. 19. Disponível em: <http://revistas.unissinos.br/index.php/historia/article/view/4701> Acesso: 29 out. 2020.

⁴⁰ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 15.

⁴¹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 15.

O historiador português Fernando Catroga admitiu que o apego à noção de pátria para os sujeitos que almejavam situar-se no tempo, orientando-se, posicionava-se ôntica, lógica e cronologicamente anterior à ideia de Estado e de nação, sendo, então, uma espécie de substrato com feições antropológicas. Esse dado ajuda a compreender melhor como ela passava a ser fundamental no processo de organização social na República por acionar sentimentos de pertencimento.⁴² E Oiticica buscava, em suas prescrições, as linhagens do espírito patriótico, fundamentais para que a República tivesse um passado.

Essas preocupações contemporâneas compreendiam, aos olhos do nosso autor, a história Brasileira através do signo da formação. Era a pátria como um vir a ser latente. Assim, o historiador devia observar como as forças concorrentes (patriotismo local) e as forças oponentes (iberismo como sistema colonial) se chocaram nos primeiros movimentos de tentativa de independência. Daí resultou força humana, que no caso específico se consubstanciava em uma energética-social condutora da ideia de liberdade local até a Independência. Mas o contrário também era verdadeiro, quer dizer, as “derramas metropolitanas”, por exemplo, contribuíram para a perda de força humana na sociedade colonial. Cabia ao historiador retirar um coeficiente energético a partir dessas situações para compreender o desenvolvimento dessa modalidade específica de força.

Havia outro problema geral que orientava a história desejada por José Oiticica: quais os elementos favoráveis, as forças concorrentes, para a emancipação colonial? Isso podia ser localizado ainda em Portugal. Na sua “fraqueza”, nas dificuldades derivadas da invasão napoleônica, na atomização das forças militares. Interessante que o estudioso argumentava que antes de “entrar na consciência popular” o conceito de nacionalidade que estava em jogo para os colonos era aquele que abrangia a libertação da condição colonial. Era, portanto, uma movimentação patriótica reativa.

De todo modo, a Independência brasileira era realizada sem preparo racional. Não havia um projeto político-nacional local, mas apenas a comoção patriótica diante dos desmandos portugueses. Tanto é que não se verificou em 1822 o “afazimento do povo a um regime predeterminado ou de antemão requerido pelos hábitos sociais”.⁴³ Oiticica

⁴² CATROGA, Fernando. *Pátria e nação*. NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens, construções identitárias*. São Paulo: Intermeios, 2013.

⁴³ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 16.

provou essa ideia a partir do caso dos Inconfidentes mineiros, que mesmo insurretos não possuíam um projeto político de sociedade, espelhando-se nos norte-americanos.

E foi o exemplo norte-americano de que Oiticica se valeu para postular que os regimes políticos deviam se apresentar, em tese, como emanção do sentimento nacional, por meio de núcleos independentes, cultura política adiantada, tradição de resistências e conquistas. Eles adotavam uma fórmula política compatível com a realidade social em questão. “Eram já republicanos antes de se federarem, tinham no sangue o sumo dessa autonomia depois confirmada na Constituição”.⁴⁴

Já no Brasil pré-Independência, devido a política, a cultura e a educação de Corte, não havia nenhum propósito federalista. “Nos Estados Unidos era regime consequente: entre nós era planta exótica”.⁴⁵ No fundo a argumentação de Oiticica vinha ao encontro das discussões ocorridas na Primeira República acerca do sentimento de inadequação entre a sociedade e o regime instaurado, o que resultou em uma longa tradição interpretativa na historiografia e no pensamento político e social que podia ser resumida pela ideia de *Brasil real e Brasil legal*, tão cara, por exemplo, a um Oliveira Viana.⁴⁶

O problema da formação nacional só emergiu após a Independência.⁴⁷ Os movimentos anteriores, mesmo sendo raízes da República, se orientaram contra as arbitrariedades metropolitanas e não por um projeto nacional. Mesmo com a forte pressão das Cortes de Lisboa, que após a Revolução do Porto desejavam reduzir o Brasil ao estado de Colônia, o que se observava era a “aspiração libertária”. Não havia nessa situação apelo pela nacionalidade. Parece que a nacionalidade brasileira era, em José Oiticica, ôntica, lógica e cronologicamente posterior ao Estado, diferentemente do caso norte-americano. A nação brasileira dependia, pois, dos intelectuais e dos *statemakers* monárquicos.⁴⁸ O período imperial fazia parte, portanto, do passado da República.

Após cerca de três séculos fundiam-se, para Oiticica, os fatores elementares da futura nação. O novo Estado era o catalizador dessas transformações. Se instituiu um povo e projetos de país. Ainda faltava unificar os núcleos dispersos do Império para

⁴⁴ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 16.

⁴⁵ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 16.

⁴⁶ Em muitos sentidos essa tradição de pensamento subsidia a ideologia do autoritarismo no Brasil.

⁴⁷ Essa interpretação de José Oiticica não é original. Outros historiadores apontaram para um caminho próximo, especialmente Oliveira Lima.

⁴⁸ A póstuma *História da Independência* (1916) de Francisco Adolfo de Varnhagen também apostava no papel do Estado na formação do sentimento nacional.

“avivar-lhes a consciência da fraternidade e a aliança no destino comum, numa palavra insuflar o espírito da nacionalidade”.⁴⁹ Era praticamente uma “inspiração providencial” a passagem da Colônia para a República federativa mediada pela Monarquia constitucional. E José Oiticica fez um elogio à centralização política do Império, responsável, segundo ele, pela iniciativa de educar elementos político-sociais tão “disparatados” e dispostos em temporalidades e em espacialidades desiguais. Essa constatação pode nos levar a crer que Oiticica desacreditava no federalismo como plano político orgânico, isto é, que congregava exemplarmente forma política e demanda social. Então era importante que os historiadores se atentassem para este fato: o papel essencial do Império na formação da nacionalidade brasileira. A “República em 1823” apresentava-se, em tese, com piores resultados do que entre as “republiquetas americanas” vizinhas.

O eixo normatizador da história desejada por José Oiticica localizava-se no plano do aumento progressivo da força humana nacional vista no povo. Isso o levou a eleger temas que respondiam a essa necessidade. Por exemplo: a publicação das leis brasileiras, a navegação marítima e fluvial, as estradas de ferro, o telégrafo, as guerras externas e a imprensa. Percebia-se que a noção de nacionalidade em Oiticica pretendia compassar estratos de tempos e disposições geográficas em um registro que se pretendia unitário.

Então, o autor de *Como se deve escrever a história do Brasil*, ao abordar a história da organização nacional, concluiu que ela não estava definitivamente pronta, mesmo que a forma de governo tivesse se fixado com a República. “Entretanto, ainda nesse particular, vícios radicais requerem séria medicina. Estou que não será, porém, violenta”. Talvez aqui encontremos a renúncia de Oiticica ao autoritarismo, que começava a ganhar força nos principais círculos intelectuais do país; o que não impede que vejamos em seus escritos certo apreço pela centralização política. Doravante, os estímulos progressistas que ele percebeu nas primeiras décadas republicanas, aliados à suposta resolução pacífica de questões de ordem internacional, fazia com que a nação caminhasse no sentido da correção dos seus “males” mais profundos.⁵⁰

O jovem Oiticica tinha em si o signo da ordem. Essa legenda da formação nacional reorientava os erros graves cometidos, o desperdício de força, as reservas sócio-

⁴⁹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 17.

⁵⁰ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 18.

energéticas sem cálculo de economia. Esse signo da ordem podia ser percebido na sugestão de que entre as forças concorrentes o capital intelectual era fundamental para a resolução do problema da formação nacional, o que o fez eleger os grandes estadistas, homens de letras e soldados como protagonistas da história brasileira.

Mas Oiticica era um sujeito que se arrogava democrata. E isso se evidenciava, pois, na defesa que fez dos dois imperadores como próceres da República, que suavizaram, em tese, a passagem da Colônia para a adaptação republicana. Mesmo com a escravidão e com a atuação do poder moderador, para dizermos pouco, ele ainda percebia uma composição político-democrática no Império. Uma República coroada?

Além do problema da formação nacional, o historiador de José Oiticica se preocuparia com a hegemonia sul-americana, “com a qual o Brasil afrontará o problema do equilíbrio universal, fim de toda a história”.⁵¹ O problema da hegemonia enredava todos aqueles tratados anteriormente, pois era capaz de dominar as tendências, indicando as soluções e sistematizando os esforços. Essa questão, segundo o intelectual mineiro, atravessava todas as correntes históricas. Ela organizava toda a herança do passado em um projeto de futuro. A luta pela hegemonia era, então, a grande lei da história.

Hegemonia significava, aos olhos de Oiticica, “condução”, uma espécie de supremacia, “mas sem a acepção odiosa deturpadora do termo”. O destino manifesto dos povos era essa luta pela hegemonia. Havia, sim, nações supremas, porém, se todas eram equivalentes existia o equilíbrio entre elas. Esta era a sua utopia: “Será esse equilíbrio o resultado fatal da história, mas em remotíssimo futuro”.⁵² No caso da América do Sul a hegemonia devia ser, obviamente, do Brasil. Era bastante ambígua essa proposta de hegemonia por sua parte, dado que essa condução acarretava uma possível dominação ideológica,⁵³ mesmo encontrando em seu princípio básico a ideia de consentimento.

De qualquer maneira, a situação presente exigia um “jogo de preponderâncias e de submissões”. Mas hegemonia não significava, em princípio, a dominação das nações menos desenvolvidas pela força. Pelo contrário: era um modo de guiá-las do suposto

⁵¹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 18.

⁵² OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 19.

⁵³ Um modo de complexificar a ideia de hegemonia de José Oiticica é por meio da sua problematização a partir das reflexões de Antonio Gramsci. Ver GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1965.

“caos” que se encontravam ao progresso compatível com a civilização moderna. Uma atualização do processo civilizador iluminista?⁵⁴

O Brasil podia, por exemplo, estreitar as suas atividades econômicas junto a esses países, ao mesmo tempo em que garantia a paz regional. A proposta de José Oiticica, dependendo do ângulo analisado, fazia com que o Brasil desenvolvesse na América do Sul um movimento hegemônico total. Essa disposição para a hegemonia do Brasil na América do Sul era resultado das leis da evolução histórica, ou das “forças seculares irrefragáveis”. Essas leis assinalavam que ao lado das nações dominantes e dirigentes havia países no polo antagônico que buscavam a condição de direção intelectual e moral, porém, se não alcançavam um consentimento majoritário diante de todos os países envolvidos nessas relações transnacionais continuavam submissos. O eixo central da noção de hegemonia pensada por Oiticica era, portanto, o consentimento.

Temas de história pública: a organização nacional, a hegemonia e o mal

O tema da organização nacional era compreendido em longa duração. A sua origem era a Independência. Isso porque não existia na Colônia projetos políticos e sociais disponíveis para os colonos. O que se via antes de 1822 era uma existência social baseada na “aventura”. Havia poucas formas de valorização da vida humana naqueles tempos, tendo como ponto extremo a escravidão “soez”, isto é, desprezível. Os melhoramentos anunciados antes mesmo de se efetivarem já se tornavam ruínas.

Contudo,

proclamada a independência deixava o Brasil de ser aglomeração de feitorias a sugar. Urgia viver, aparelhar os órgãos todos numa só harmonia de equilíbrio. Assim, todos os tentamens prosperados ou falhados entravam como coeficiente de um tentamen novo, mais agigantado, criar a nação.⁵⁵

Em tese, desde então muito foi feito na tentativa de fazer o Brasil guiar-se por si mesmo. Cabe notar, aqui, que o Estado precedia e fomentava a nacionalidade. Mas tudo foi realizado de forma desorganizada e sem plano diretor, o que impediu a racionalização da força humana e a compreensão do destino nacional. Lembrando que Oiticica

⁵⁴ Cf. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

⁵⁵ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil. p. 30.

acreditava em leis. De todo modo, amparado em seu *Sistema da história*, o jovem professor mineiro propunha uma forma possível para o estabelecimento da organização social: “Organizar a nação é arregimentar as forças concorrentes em instituições que as entrelhem num fim útil. Esse fim se obtém dominando as forças oponentes de modo que a classificação das instituições se há de fazer baseando nesse característico fundamental”.⁵⁶

Aparecendo enquanto uma questão de aplicação das forças concorrentes operando nas necessidades humanas, os problemas que daí derivavam determinavam o aparecimento, e o aperfeiçoamento constante, das instituições sociais. Oiticica falava, por exemplo, das instituições necessárias para o desenvolvimento dirigido das forças sociais: militares, diplomáticas, políticas, administrativas, propagandas. A organização nacional exigia, assim, a criação de instituições políticas e sociais que funcionassem como termômetro socioenergético para o sucesso das medidas estatais.

Só era possível avaliar o estado da organização nacional no século XX caso houvesse um bom conhecimento sobre a energética-social circulante desde o Oitocentos. O historiador tinha a capacidade de mostrar os grandes equívocos e vacilações nacionais. “O caráter do nosso estado social é de desequilíbrio de forças e incertezas correntes”.⁵⁷

A organização da nação passava, necessariamente, pela organização do tempo, que na ambiência social de José Oiticica encontrava-se “desorientado”, na fórmula precisa de Fernando Nicolazzi. A experiência do tempo que Oiticica enfrentou era a seguinte: “o presente é algo fugidio, instantâneo, que mais do que apartar, por um corte abrupto, o passado do futuro, se constitui como uma justaposição desordenada de experiências vividas, sedimentadas de maneira crítica e até certo ponto sem sentido”.⁵⁸

O problema da educação, por exemplo, estava longe de colher bons frutos na República. Se a educação era a ciência e a arte de administrar a energia humana, essa disposição desviante era um péssimo sinal para o engrandecimento nacional. A educação foi percebida pelo nosso autor em sentido *stricto sensu*, o que oferecia a oportunidade de

⁵⁶ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 30.

⁵⁷ OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. p. 32

⁵⁸ NICOLAZZI, Fernando. “Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico”, 2010.

verificar, pois, a falta de instrução dos dirigentes e o flagrante desconhecimento dos cidadãos sobre o seu papel na vida ativa.⁵⁹ Havia, aqui, um claro desperdício de energia.

Assim, entrava em cena a função pública da história e o seu magistério moderno. O historiador criava, então, um plano de administração sistematizado e uniforme acerca das leis da força humana. Essa forma de racionalizar o devir socioenergético, motivado pelos ensinamentos da história, fazia com que o historiador dirigisse, administrasse e criasse forças conscientemente e de acordo com as necessidades dos cidadãos republicanos. O historiador tinha, no entender de Oiticica, um papel público determinante na nova ordem político-social instaurada. Diante da desordem do tempo, o conhecimento e a manipulação do coeficiente socioenergético da nação, que implicava um retorno ao passado, era um porto seguro ante as vacilações do regime de historicidade moderno.⁶⁰

Dito isso, voltava José Oiticica a tematizar o significado de hegemonia. Para ele, o ideal nacional devia ter um princípio diretor, qual seja, ser vanguardista ante as demais nações do continente. Isso seria possível a partir dos cinco aspectos capitais que dirigiam a educação, quais sejam, *físico, intelectual, moral, prático e social*. A hegemonia física significava o aperfeiçoamento da “raça” pela ginástica e pela higiene, além da supremacia militar. A hegemonia intelectual era a superioridade nas ciências e nas letras, mediante educação mental de todas as classes. A hegemonia moral vinculava-se ao caráter da nação. A hegemonia prática dizia respeito ao melhoramento da formação técnica dos trabalhadores. A hegemonia social relacionava-se com a ideia de etiqueta social. Assim, a “nação que zela com igual carinho para essa preparação racional do povo conseguirá forçosamente, centuplicar as forças concorrentes, diminuirá as oponentes, tendo a estrada franca para a hegemonia decisiva, se dispõe, como nós, de recursos inesgotáveis”.⁶¹

Era uma forma de domínio consentido que extrapolava o plano ideológico, chegando ao âmbito social total. A partir dessa forma de hegemonia, que emergia da

⁵⁹ Houve um entusiasmo pela educação na República. Cf. NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/ MEC, 1976.

⁶⁰ Cf. HARTOG, François. “O tempo desorientado: tempo e história. Como escrever a história da França?” Anos 90 (Porto Alegre), v. 5, n. 7, pp. 7-28, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6183/0> Acesso: 29 out. 2020.

⁶¹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 34.

educação nacional, se desejava construir uma visão de mundo nacional que pudesse conseguir o apoio de outros países do continente, que fosse consentida pelo maior número de camadas sociais de cada Estado-nação, assegurando que os cidadãos latino-americanos encontrassem respostas aos seus dilemas mais significativos. Todos os países se percebiam, e passavam a ser percebidos, como coparticipes de um grande projeto moral, político e social de natureza transnacional. A disputa pela supremacia era uma constante histórica poderosa no entender de José Oiticica, capaz de movimentar todo o processo histórico. Essa ideia de disputa, de “luta social”, era muito corrente nesse período, como era percebido nas várias apropriações do darwinismo pelas ciências sociais.

Mormente, argumentava Oiticica, o sujeito histórico interessado pelo destino humano abstraía na “fantasia uma humanidade sem mácula”. Nela não se verificava “decadência”, “jaças”, “hesitações”, “recuos”. Caso houvesse algo dessa natureza ocorria a condenação dessa sociedade. Mas Oiticica não aceitava como critério analítico o princípio binário do verdadeiro e do falso, havendo uma fineza teórica no argumento. O erro era um fenômeno histórico e tinha a sua história. “Só é condenável se, havendo no autor ciência do bem, procedeu ele mal”.⁶² O historiador-sintetizador possuía uma visão diferenciada acerca da noção de mal. Esse registro era percebido a partir dos processos de deturpação dos modos de aumento de energia, em que o mais forte podia “arrasar” com o mais frágil, do âmbito do cidadão ao transnacional. Para a resolução do seguinte problema devia-se fomentar uma virtude social edificante, qual seja, a cooperação. Era um registro que devia ser disseminado. O historiador tinha, então, a capacidade apreender os significados do mal na humanidade. A história ensinava: ela prevenia a sociedade contemporânea do mal tornando-a cooperativa.

Considerações finais

Oiticica e a sua nova orientação para a historiografia brasileira estavam apoiados na premissa de que o plano de Martius estava inevitavelmente prejudicado e desatualizado diante das novas correntes científicas emergentes no seu tempo e que

⁶² OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 36.

atravessavam a sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX. Entre elas podemos citar como exemplo, afirmando que apropriações diversas foram efetuadas em um sentido multidirecional, os positivismos, os evolucionismos, os darwinismos de natureza diversificada, os spencerismos, os haeckelismos, os leplaysianismos, os marxismos e toda a sorte de manifestação da sociologia de matriz durkheimiana. Também havia debates epistêmicos a partir das contendas entre monismo e dualismo fenomênicos.⁶³

A importância das suas prescrições para o debate sobre a historiografia brasileira e os seus passados disciplinares não está restrita ao resgate de um agente que refletiu sobre o fazer e sobre a escrita da história naquela virada de século, e que permaneceu, até pouco tempo, como uma figura relativamente marginal no panteão dos historiadores da República. Através do seu conjunto de textos, Oiticica tornou operatório o seu saber e o seu interesse pela historiografia, a sua forma de elaborar a história do Brasil, bem como manifestou uma contundente consciência acerca da *conjuntura epistêmico-historiográfica* em que se situava, da qual o seu texto mostrou-se como um produto. Ao estabelecer um diálogo franco com o texto fundador de Martius e com outros estudiosos em geral as normatizações disciplinares recomendadas por ele se tornaram relevantes por se constituírem como uma tentativa clara de se efetuar uma operação em um debate próprio da experiência historiográfica na passagem para o século, pretendendo provocar nela alterações ou, no mínimo, inserir alguns *lances epistêmico-discursivos*.⁶⁴

O *Como se deve...*, enquanto vestígio tangível de um passado disciplinar específico, é capaz de nos remeter a uma *mensagem passada* daquilo que foi concebido enquanto possibilidades abertas, em termos de procedimentos epistemológicos e de princípios culturais, para a realização do fazer e da escrita da história do Brasil na Primeira República e para se pensar a história teoricamente de forma geral. Ele nos faz pensá-lo como uma evidência não necessariamente elaborada por meio de uma linguagem consciente no que se refere à reconstrução/evocação de culturas passadas; o que demanda “do leitor outro tipo de procedimento interpretativo”, qual seja, aquele que

⁶³ CHACON, Vamireh. História das ideias sociológicas no Brasil. São Paulo: Editora da USP, 1977.

⁶⁴ DETONI, Vicente da Silveira. A moderna *historia magistra vitae* de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870 – 1940), p. 8

historiciza e que contextualiza os *regimes de saber* vigentes em uma dada *cultura histórica*.⁶⁵

Vemos Oiticica, em seu *Como se deve...*, imprimindo uma atualização mais profunda junto ao modelo filosófico proposto por Von Martius ao indicar o que podia ser entendido como *deslocamentos negociados* nas estruturas epistemológicas, discursivas, conceituais, temáticas e narrativas conformadoras dos textos históricos; ao propor, em suma, uma nova fundamentação para o conhecimento histórico a fim de elevá-lo à condição de ciência com utilidade pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

OITICICA, “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 7, pp. 1-8, 1910a. (manuscrito)

OITICICA, “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 8, pp. 8-15, 1910b. (manuscrito)

OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 9, pp. 15-19, 1910c. (manuscrito)

OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 10-11, pp. 20-38, 1910d. (manuscrito)

Referências

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “A família na obra de Frédéric Le Play”. Dados (Rio de Janeiro), vol. 45, n. 3, pp. 513-544, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a07v45n3.pdf> Acesso: 29 out. 2020.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310348_07_pretextual.pdf Acesso: 29 out. 2020.

CATROGA, Fernando. Pátria e nação. NAXARA, Márcia; CAMIOTTI, Virgínia (orgs.). Conceitos e linguagens, construções identitárias. São Paulo: Intermeios, 2013.

CHACON, Vamireh. História das ideias sociológicas no Brasil. São Paulo: Editora da USP, 1977.

⁶⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: _____. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010, p. 13.

COMTE, Augusto. Augusto Comte. Los fundamentos de la sociología. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6124> Acesso: 29 out. 2020.

DETONI, Vicente da Silveira. A moderna *historia magistra vitae* de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870 – 1940). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206273> Acesso: 29 out. 2020.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FRANZINI, Fabio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2011.

GOMES, Angela de Castro. A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: _____. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Literatura e vida nacional, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.

HARTOG, François. “O tempo desorientado: tempo e história. Como escrever a história da França?” Anos 90 (Porto Alegre), v. 5, n. 7, pp. 7-28, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6183/0> Acesso: 29 out. 2020.

LATOUR, Bruno. Introdução. Abrindo a caixa-preta de Pandora. In: Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/ MEC, 1976.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno (orgs.). Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017.

NICOLAZZI, Fernando. “Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil”. Mimeo, pp. 1-27, 2010.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. “República versus monarquia: a consciência histórica da década de 1880”. História Unissinos, vol. 14, n. 1, pp. 16-22, 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4701> Acesso: 29 out. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – A construção da história e do historiador*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/xmlui/handle/icict/16315> Acesso: 29 out. 2020.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 – 1919*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Recebido em 22 de julho de 2020
Aprovado em 25 de setembro de 2020